

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 7.2026-0004

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II, § 3º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; DECRETO MUNICIPAL Nº 442/2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 446/2024;

DADOS DO AVISO

Ipixuna do Pará, 19 de maio de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00009.20251114/0001-06

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

De 19/05/2026, às 08h00 Até 25/05/2026, às 08h00.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO

Horário de Brasília - DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

[PORTAL M2A TECNOLOGIA](https://portal.m2atecnologia.com.br)
comprasm2atecnologia.com.br.

PREFERÊNCIA

ME/EPP/EQUIPARADAS

O **MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob CNPJ – 83.268.011/0001-84, por intermédio de sua **Comissão de Contratação**, designada pela **Portaria N.º 083/2024**, torna público para conhecimento dos interessados a realização do **AVISO** para **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sem critério de julgamento, visto que a dispensa será sem disputa, nos termos do Art. nº 75, inciso II, § 3º da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta.

ANEXOS DESTES AVISO

Anexo I – Documento de Formalização de Demanda;

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo III – Termo de Referência

Anexo IV – Declaração de Cumprimento do Disposto no inc. xxxiii do art. 7º da constituição federal; Anexo

Anexo V – Minuta de Contrato;

OS INTERESSADOS DEVERÃO ACOMPANHAR AS MENSAGENS REFERENTES A ESTE AVISO (RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, ETC.) NO PORTAL M2A TECNOLOGIA comprasm2atecnologia.com.br, PORTAL DA TRANSPARENCIA www.ipixunadopara.pa.gov.br SENDO EXCLUSIVOS RESPONSÁVEIS PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO PORTAL OU OUTROS MEIOS.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-0004

1. REGÊNCIA LEGAL

As contratações através de dispensa de licitação no Município de **IPIXUNA DO PARÁ**, quando trata-se de **caráter emergencial**, são regidas pelos dispositivos legais:

- Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc.II, § 3º;
- DECRETO MUNICIPAL Nº 442/2024;
- DECRETO MUNICIPAL Nº 446/2024;

2. OBJETO

1. Constitui o presente termo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIÓPSIA DO ESÓFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO CONTEMPLAR PACIENTES ESPECÍFICOS (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL) DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ.**

3. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- Os interessados deverão proceder, antes da elaboração das propostas, verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, solicitando por escrito à CDC/PMIP, via e-mail: licitacao@ipixunadopara.pa.gov.br, até 01 (um) dia útil antes do prazo final para apresentação da documentação, as dúvidas suscitadas, que serão esclarecidas no **e-mail supramencionado**.
- O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R\$ 7.061,11 (SETE MIL, SESSENTA E UM REAIS E ONZE CENTAVOS)**, conforme pesquisa de preço anexado ao processo administrativo nº 00009.20251114/0001-06.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar desta **DISPENSA** os interessados que estiverem previamente credenciados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** ou atenderem as exigências previstas neste aviso.
 - 4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas neste aviso até à data prevista para recebimento das propostas.
- 4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

- 4.5. Será aplicado tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.6. Não poderão disputar esta licitação:**
- 4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seu(s) anexo(s);
- 4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento ou fornecimento de serviços a ele relacionados;
- 4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento ou fornecimento de serviços a ela necessários;
- 4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.6.5. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio (**quando for o caso**);
- 4.6.6. Agente público seja a que título for, direta ou indiretamente, da Prefeitura Municipal de **IPIXUNA DO PARÁ**;
- 4.6.7. Que tenham sido condenadas por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho.
- 4.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Aviso de Dispensa de Licitação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.6.9. Pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente ligadas a servidores públicos pertencentes ao quadro da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas condições de Cônjuge, parentes ou até o terceiro grau, inclusive os afins e os dependentes. Salvo o previsto nos **ACORDÃO nº 1409/2020 – TCU**, Prejulgado nº 9 – TCE-PR, **ACORDÃO nº 2745/10 – Tribunal Pleno do TCE- PR** e **ACORDÃO nº 2099/2022 – Plenário**.
- 4.7. Os interessados que foram notificados no Máximo três vezes, por inexecução parcial ou total de contratos nos exercícios atuais e anteriores;
- 4.7.1. Empresas concordatária (s) ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; que esteja (m) reunida (s) em consórcio ou coligação; ou cujos Sócios ou Diretores pertençam simultaneamente a mais de uma empresa licitante, ou exista vínculo diretamente entre os sócios.
- 4.7.2. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.7.3. Equiparam-se aos autores do projeto, conforme dispostos nos itens 4.6.2. e 4.6.3. as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7.4. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.7.5. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

4.7.6 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

5.1. ESPECIFICAÇÃO:

OBJETO				NÍVEL DE URGÊNCIA	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIÓPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS, (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL), DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ.				BAIXO ()	
				MÉDIO ()	
				ALTO (x)	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PRELIMINAR	VALOR TOTAL PRELIMINAR
1	<p>ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIÓPSIA ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO: O EXAME QUE PERMITE VISUALIZAR O ESÔFAGO, O ESTÔMAGO E O INÍCIO DO INTESTINO DELGADO (DUODENO) POR MEIO DE UM TUBO FINO E FLEXÍVEL CHAMADO ENDOSCÓPIO, QUE TEM UMA MICROCÂMERA NA PONTA. A BIÓPSIA É UTILIZADA PARA CONFIRMAR O DIAGNÓSTICO DE ESOFAGITE, GASTRITE OU DUODENITE, IDENTIFICAR O TIPO DE GRAVIDADE DA INFLAMAÇÃO, PRESENÇA DA BACTÉRIA HELICOBACTER PYLORI, DESCARTAR DISPLASIAS OU NEOPLASIA E AVALIAÇÃO RESPOSTA AO TRATAMENTO EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS DO TRATO DIGESTIVO.</p> <p>•O EXAME DEVE SER PRESTADO NO ESTABELECIMENTO SEDE DO PRESTADOR RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO EXAME OU EM LOCALIDADE ACORDADA JUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO QUAL O MUNICÍPIO APRESENTE COBERTURA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO – TFD; •O RESULTADO DO EXAME DEVE SER LAUDADO, IMPRESSO E</p>	1	UNIDADE	R\$ 6.206,67	R\$ 6.206,67

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

	<p>ENTREGUE AO PACIENTE NO PRAZO DE 7 A 10 DIAS. •NÃO COBRAR E NÃO PERMITIR A COBRANÇA A QUALQUER TÍTULO POR SERVIÇOS PRESTADOS AO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •A EVENTUAL COBRANÇA DE QUALQUER VALOR DO PACIENTE OU SEUS RESPONSÁVEIS ACARRETERÁ NA RESCISÃO DO CONTRATO COM O PRESTADOR DO SERVIÇO, E, AINDA, EXCLUSÃO DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •RESPONSABILIZAR-SE PELA CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS PERICIAADOS, A FIDEDIGNIDADE DAS CONCLUSÕES E A CONFIDENCIALIDADE DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS; •IMPEDIR QUE TERCEIROS EXECUTEM O SERVIÇO CONTRATADO; •MANTER, DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, AS CONDIÇÕES E QUALIFICAÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, INDEPENDENTE DE OUTRAS A SEREM ESTABELECIDAS; •ATENDER PRONTAMENTE A TODAS AS RECLAMAÇÕES E OBSERVAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE, QUE DIGAM RESPEITO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; •COMUNICAR DE IMEDIATO À CONTRATANTE QUAISQUER NÃO CONFORMIDADES OU NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO EXAME. ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO.</p>				
2	<p>ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL. ESPECIFICAÇÃO: DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO – ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL A ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) É UM EXAME DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DIRETA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO (PRIMEIRA PORÇÃO</p>	1	UNIDADE	R\$ 854,44	R\$ 854,44

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>DO INTESTINO DELGADO), POR MEIO DA INTRODUÇÃO DE UM APARELHO DENOMINADO ENDOSCÓPIO — TUBO FLEXÍVEL, FINO, DOTADO DE MICROCÂMERA E FONTE DE LUZ ACOPLADAS. O EXAME É INDICADO PARA INVESTIGAÇÃO DE SINTOMAS COMO DOR EPIGÁSTRICA, REFLUXO, NÁUSEAS PERSISTENTES, VÔMITOS, SANGRAMENTOS DIGESTIVOS, ANEMIA DE ORIGEM INDEFINIDA, DIFICULDADE PARA DEGLUTIR, ENTRE OUTRAS CONDIÇÕES CLÍNICAS, ALÉM DE POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE BIÓPSIAS E PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS QUANDO NECESSÁRIO. MODALIDADE COM ANESTESIA GERAL NA MODALIDADE COM ANESTESIA GERAL, O PROCEDIMENTO É REALIZADO SOB INDUÇÃO ANESTÉSICA PROMOVIDA POR MÉDICO ANESTESIOLOGISTA, GARANTINDO INCONSCIÊNCIA, ANALGESIA E CONTROLE DAS VIAS AÉREAS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO AO PACIENTE. ESSA MODALIDADE É ESPECIALMENTE INDICADA PARA:</p> <ul style="list-style-type: none"> •PACIENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU TRANSTORNOS NEUROLÓGICOS; •PACIENTES COM AGITAÇÃO PSICOMOTORA OU BAIXA COLABORAÇÃO; •CRIANÇAS; •CASOS EM QUE HÁ NECESSIDADE DE MAIOR CONTROLE DAS VIAS AÉREAS; •PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS PROLONGADOS. <p>COMO O EXAME É REALIZADO 1.O PACIENTE PERMANECE EM JEJUM PRÉVIO CONFORME PROTOCOLO CLÍNICO. 2.EM AMBIENTE HOSPITALAR OU AMBULATORIAL DEVIDAMENTE EQUIPADO, É REALIZADA A AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA. 3.O MÉDICO ANESTESIOLOGISTA ADMINISTRA A ANESTESIA GERAL, COM MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA DOS SINAIS VITAIS (FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E VENTILAÇÃO). 4.O MÉDICO</p>				
---	--	--	--	--

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>ENDOSCOPISTA INTRODUZ O ENDOSCÓPIO PELA CAVIDADE ORAL ATÉ O DUODENO, REALIZANDO INSPEÇÃO DETALHADA DAS MUCOSAS. 5.SE NECESSÁRIO, SÃO REALIZADAS BIÓPSIAS, COLETA DE MATERIAL PARA EXAME ANATOMOPATOLÓGICO OU INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS. 6.AO TÉRMINO, O PACIENTE É ENCAMINHADO PARA SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA, PERMANECENDO EM OBSERVAÇÃO ATÉ COMPLETA ESTABILIZAÇÃO. TRATA-SE DE PROCEDIMENTO MINIMAMENTE INVASIVO, SEGURO QUANDO REALIZADO EM AMBIENTE ADEQUADO E POR EQUIPE HABILITADA, COM RISCO REDUZIDO DE COMPLICAÇÕES. O EXAME DEVE SER PRESTADO NO ESTABELECIMENTO SEDE DO PRESTADOR RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO EXAME OU EM LOCALIDADE ACORDADA JUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO QUAL O MUNICÍPIO APRESENTE COBERTURA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO – TFD; •O RESULTADO DO EXAME DEVE SER LAUDADO, IMPRESSO E ENTREGUE AO PACIENTE NO PRAZO DE 7 A 10 DIAS. •NÃO COBRAR E NÃO PERMITIR A COBRANÇA A QUALQUER TÍTULO POR SERVIÇOS PRESTADOS AO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •A EVENTUAL COBRANÇA DE QUALQUER VALOR DO PACIENTE OU SEUS RESPONSÁVEIS ACARRETERÁ NA RESCISÃO DO CONTRATO COM O PRESTADOR DO SERVIÇO, E, AINDA, EXCLUSÃO DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •RESPONSABILIZAR-SE PELA CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS PERICIAADOS, A FIDEDIGNIDADE DAS CONCLUSÕES E A CONFIDENCIALIDADE DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS; •IMPEDIR QUE TERCEIROS EXECUTEM O</p>				
---	--	--	--	--

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>SERVIÇO CONTRATADO; •MANTER, DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, AS CONDIÇÕES E QUALIFICAÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, INDEPENDENTE DE OUTRAS A SEREM ESTABELECIDAS; •ATENDER PRONTAMENTE A TODAS AS RECLAMAÇÕES E OBSERVAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE, QUE DIGAM RESPEITO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; •COMUNICAR DE IMEDIATO À CONTRATANTE QUAISQUER NÃO CONFORMIDADES OU NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO EXAME. ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL.</p>				
--	--	--	--	--

a) O valor total estimado para a fornecimento pretendida é de **R\$ 7.061,11 (SETE MIL, SESENTA E UM REAIS E ONZE CENTAVOS)**, conforme documentos acostados nos autos.

5.2. As despesas decorrentes da execução dos itens objeto do contrato oriundo desta Dispensa Eletrônica onerarão a: **I - Unidade orçamentária:** 02 - Fundo Municipal de Saúde (2026); e **II - Dotação orçamentária:** 0902.10.302.0009.2.044 - Manutenção de Hospitais Laboratórios e Atendimentos Ambulatoriais FMS., do orçamento vigente, observado se for o caso, o princípio da anualidade.

5.3. O prazo para entrega do presente objeto é de 7 (sete) a 10 (dez) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Compra, podendo ser prorrogado, caso ocorra fatos supervenientes devidamente comprovado, a entrega será no Município de IPIXUNA DO PARÁ;

5.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto desta **DISPENSA** descritas no Sistema Portal **M2A TECNOLOGIA** e aquelas constantes neste Aviso de Dispensa de Licitação, prevalecerão estas prevista no Termo de Referencia.

6. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

6.1 - **ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** este aviso Dispensa de Licitação ficará aberto no **PORTAL M2A TECNOLOGIA** comprasm2atecnologia.com.br, bem como, no **PORTAL DA TRANSPARENCIA**, **PORTAL DOS JURISDICIONADOS TCM/PA e PNCP**, conforme prevê a legislação vigente e atiente a matéria.

6.2 - A proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser encaminhados via **PORTAL M2A TECNOLOGIA** comprasm2atecnologia.com.br ou licitacao@ipixunadopara.pa.gov.br fazendo referência no assunto a **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 7.2026-0004**.

7. PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

7.2 - A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) - Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
- b) - Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que a **PMIP** se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.

c) - Prazo de validade de proposta é de 30 (Trinta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

7.3 - A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

7.4 - A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

7.5 - Os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Aviso.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 - Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade:

8.1.1. Prova de **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (Art. 66 da Lei Federal 14.133/2021):

- a). Registro Comercial, no caso de *empresa individual*;
- b). Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de *sociedades comerciais* e, no caso de *sociedades por ações*, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c). Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de *sociedades civis*, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d). Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de *sociedades por ações*, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de *empresa ou sociedade estrangeira* em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. Prova de **REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA**, (Art. 68 da Lei Federal 14.133/2021):

- a). Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c). Os interessados com sede em outro Município que tenham filial no Município de IPIXUNA DO PARÁ, também, comprovar inscrição no cadastro de contribuintes deste Município.
- e). Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.
- f). Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).
- g). Regularidade para com a Fazenda Nacional e situação de regularidade perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (**CND**).
- i). Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de **certidão expedida pelo órgão competente**, que terá validade por 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado por Lei ou no próprio documento.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

j). Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/21.

8.1.3. Poderão ser aceitas certidões positivas com efeito de negativas, cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial, conforme **Art. 151 c/c Art. 206 do CTN, devidamente comprovado.**

8.1.4. Prova de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA, (Art. 69 da Lei Federal 14.133/2021):

a). Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor **ou**, Certidão Negativa (Nada Consta) de Distribuição (Ações de Falência e Recuperações Judiciais) originária do site www.tjdft.jus.br, em nome da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1.1. As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.

9.1.2. Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

9.2 - HABILITAÇÃO

9.2.1. Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

9.2.2. Será inabilitada o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

10. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

10.1. DA CONTRATANTE - A Contratante estará obrigado a:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar a CONTRATADA as condições necessárias para a regular execução do contrato;
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- d) receber ou não, os produtos fornecidos pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento da Notas Fiscal emitida pela CONTRATADA, desde que devidamente atestada pelo fiscal do contrato, na forma da Cláusula Terceira deste Contrato;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, de modificações introduzidas nas especificações dos produtos, sempre que houver necessidade de aprimoramento ou correção de documentos;
- g) Notificar a CONTRATADA, por escrito, e com seu expresso ciente, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução do Contrato, bem como da eventual aplicação de multas previstas no Contrato.

10.1.1 - DA CONTRATADA - A Contratada estará obrigado a:

- a) - Realizar o fornecimento obedecendo todas as condições ora estabelecidas, sem prejuízo de outros encargos previstos em Lei e com observância das recomendações ditadas pela fiscalização da CONTRATANTE, nas condições indicadas na proposta apresentada.
- b) - Todos os custos com mão de obra, materiais e transporte, EPI's, impostos, taxas serão por conta da CONTRATADA.
- c) - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação;
- d) - Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origem

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

federal, estadual ou municipal, vigentes, bem como de quaisquer despesas judiciais ou extrajudiciais, que lhe venham a ser imputadas, inclusive em relação a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da **CONTRATADA**;

f) - Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, adicionais, despesas de transporte, estada e/ou diárias, alimentação, alojamento e quaisquer outras despesas com o seu pessoal encarregado do fornecimento objeto deste contrato, competindo-lhe, também, observar, rigorosamente, as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e da legislação correlata.

10.2- DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.2.1. SANÇÕES - Ao **LICITANTE** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando:

- a). - Não celebrar o contrato;
- b). - não entregar a documentação exigida no Aviso de Dispensa de Licitação;
- c). - Apresentar documentação falsa;
- d). - Não manter a proposta;
- e). - declarar informações falsas; e/ou
- f) - Cometer fraude fiscal.

10.2.3 - PENALIDADES - À CONTRATADA que cometer infrações, descumprirem total ou parcialmente os contratos, ajustes ou acordos celebrados com a Administração Pública Municipal, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) - Advertência** - comunicação formal ao fornecedor, sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, quando ocorrer atraso na prestação do serviço, em até 10 (dez) dias da data estipulada para tanto.
- b) - Multa** - pena pecuniária em favor da Administração Municipal pelos prejuízos causados decorrentes do descumprimento de obrigações legais e contratuais.
- c) - Suspensão** - ato formal de impedimento temporário para licitar, e contratar com a Administração Pública Municipal.

Declaração de inidoneidade - declaração da qualidade de impróprio, de desqualificado, de inconveniente, de incapaz e inapto. A declaração de inidoneidade impede o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública.

10.2.4. - Serão aplicadas as seguintes penalidades, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo conclusivo, garantido a ampla defesa e o contraditório;

10.2.5. - Não atender às condições da execução do serviço previstas no Aviso de Dispensa de Licitação, contrato ou instrumento equivalente; multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), além de suspensão temporária de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

10.2.6. - Retardar imotivadamente execução do fornecimento, ou de suas parcelas quando houver reincidência de atraso por mais de 15 (quinze) dias, no caso de fornecimento ou por mais de 30 (trinta) dias no caso de execução de obras ou fornecimento:

10.2.7. - Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da fatura o fornecimento não realizados, ou, ainda, sobre o valor da fatura correspondente à etapa do cronograma físico do serviço não cumprido, além de suspensão de 3 (três) meses;

10.2.8. - Multa de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura da execução do fornecimento realizados com atrasos superiores a 30 (trinta) dias, em que não tenha havido o cancelamento

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

da nota de empenho ou documento correspondente, e suspensão de 3 (três) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

10.2.9. - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura da execução do fornecimento, realizados com atraso superiores a 30 (trinta) dias, em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente, e suspensão de 6 (seis) meses;

10.3. - Paralisar fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou empenho e suspensão de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

10.3.1. - prestar serviço em desacordo com o termo de referência de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança de pessoas: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou empenho e suspensão de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

10.3.2. - descumprir, no caso de pessoas jurídicas prestadoras de fornecimento, obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta da contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale-transporte, vale-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços; multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal da fatura, por evento ocorrido, e suspensão de 3 (três) meses;

10.3.3. - Recusar-se a prestar a garantia contratual, a assinar o contrato ou a receber o empenho; multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato ou empenho e suspensão de 6 (seis) meses,

10.3.4. - Quebrar sigilo, estabelecido em contrato, de informações confidenciais sob quaisquer formas; multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato e declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

10.3.5. - Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou do contrato, no âmbito da Administração Municipal; declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

10.3.6. Apresentar documentos falsificados, adulterados ou inverídicos para inscrição, renovação ou alteração no CADFOR ou nos processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades de licitação; declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

10.3.7. - Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo; declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos.

10.3.8. - A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

10.3.9. - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, impedirá a pessoa física ou jurídica de participar de outras licitações ou contratações enquanto perdurarem os motivos determinantes da apenação ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.4 - As multas aplicadas, nos termos das alíneas do §1º, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

10.5. - As penalidades previstas neste artigo são de competência exclusiva do titular da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, permitida a delegação para a sanção prevista na alínea "a" do subitem 20.2 deste Aviso de Dispensa de Licitação para a Contratante.

10.6. - Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

10.7. - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a). Valor total do item;
- b). Descrição do objeto;
- c). Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de 30 **(Trinta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Aviso de Dispensa de Licitação, sob pena de desclassificação.

11.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação, sob pena de desclassificação da mesma.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. - O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

12.1.1. - Poderá à Prefeitura de Ipixuna do Pará, revogar o presente Aviso, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

12.1.2.- **A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, poderá anular o presente Aviso, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

12.1.3. - Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela **PMIP**.

12.1.4. - Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

12.1.5. - A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretroatável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso.

12.1.6. - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

12.1.7. - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

se as seguintes disposições:

- a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

13. Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- a) - O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

Ipixuna do Pará/PA, 19 de maio de 2026.

JOSE MARIA
AMARAL
SANTOS:29506000
263

Assinado de forma digital
por JOSE MARIA AMARAL
SANTOS:29506000263
Dados: 2026.05.19
10:12:08 -03'00'

JOSÉ MARIA AMARAL SANTOS
Prefeito Municipal

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXX
MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – PMIP DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXX						
DADOS DA EMPRESA						
RAZÃO SOCIAL						
CNPJ		ENDEREÇO				
TELEFONE		E-MAIL				
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL						
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		TELEFONE DO REPRESENTANTE LEGAL				
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS, (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL), DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ, conforme condições constantes, deste Aviso e seus anexos.					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO/REFERÊNCIA	UF	QTDE	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	GLOVAL
01	ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO. ESPECIFICAÇÃO: O EXAME QUE PERMITE VISUALIZAR O ESÔFAGO, O ESTÔMAGO E O INÍCIO DO INTESTINO DELGADO (DUODENO) POR MEIO DE UM TUBO FINO E FLEXÍVEL CHAMADO ENDOSCÓPIO, QUE TEM UMA MICROCÂMERA NA PONTA. A BIOPSIA É UTILIZADA PARA CONFIRMAR O DIAGNÓSTICO DE ESOFAGITE, GASTRITE OU DUODENITE, IDENTIFICAR O TIPO DE GRAVIDADE DA INFLAMAÇÃO, PRESENÇA DA BACTÉRIA HELICOBACTER PYLORI, DESCARTAR DISPLASIAS OU NEOPLASIA E AVALIAÇÃO RESPOSTA AO TRATAMENTO EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS DO TRATO DIGESTIVO. •O EXAME DEVE SER PRESTADO NO ESTABELECIMENTO SEDE DO PRESTADOR RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO EXAME OU EM LOCALIDADE ACORDADA JUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO QUAL O MUNICÍPIO APRESENTE COBERTURA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO – TFD; •O RESULTADO DO EXAME DEVE SER LAUDADO, IMPRESSO E ENTREGUE AO PACIENTE NO		UNID	xx	XXXX	XXXXXX

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

	<p>PRAZO DE 7 A 10 DIAS. •NÃO COBRAR E NÃO PERMITIR A COBRANÇA A QUALQUER TÍTULO POR SERVIÇOS PRESTADOS AO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •A EVENTUAL COBRANÇA DE QUALQUER VALOR DO PACIENTE OU SEUS RESPONSÁVEIS ACARRETERÁ NA RESCISÃO DO CONTRATO COM O PRESTADOR DO SERVIÇO, E, AINDA, EXCLUSÃO DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •RESPONSABILIZAR-SE PELA CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS PERICLIADOS, A FIDEDIGNIDADE DAS CONCLUSÕES E A CONFIDENCIALIDADE DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS; •IMPEDIR QUE TERCEIROS EXECUTEM O SERVIÇO CONTRATADO; •MANTER, DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, AS CONDIÇÕES E QUALIFICAÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, INDEPENDENTE DE OUTRAS A SEREM ESTABELECIDAS; •ATENDER PRONTAMENTE A TODAS AS RECLAMAÇÕES E OBSERVAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE, QUE DIGAM RESPEITO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; •COMUNICAR DE IMEDIATO À CONTRATANTE QUAISQUER NÃO CONFORMIDADES OU NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO EXAME. ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIÓPSIA ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO</p>					
02	<p>ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL. ESPECIFICAÇÃO: DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO – ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL A ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) É UM EXAME DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DIRETA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO (PRIMEIRA PORÇÃO DO INTESTINO DELGADO), POR MEIO DA INTRODUÇÃO DE UM APARELHO DENOMINADO ENDOSCÓPIO — TUBO FLEXÍVEL, FINO, DOTADO DE MICROCÂMERA E FONTE DE LUZ ACOPLADAS. O EXAME É INDICADO PARA INVESTIGAÇÃO DE SINTOMAS COMO DOR EPIGÁSTRICA, REFLUXO, NÁUSEAS PERSISTENTES, VÔMITOS, SANGRAMENTOS DIGESTIVOS, ANEMIA DE ORIGEM INDEFINIDA, DIFICULDADE PARA DEGLUTIR, ENTRE OUTRAS CONDIÇÕES CLÍNICAS, ALÉM DE POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE BIÓPSIAS E PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS QUANDO NECESSÁRIO. MODALIDADE COM ANESTESIA GERAL NA MODALIDADE COM ANESTESIA GERAL, O PROCEDIMENTO É REALIZADO SOB INDUÇÃO ANESTÉSICA PROMOVIDA POR</p>		UNID	XX	XXXX	XXXXX

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>MÉDICO ANESTESIOLOGISTA, GARANTINDO INCONSCIÊNCIA, ANALGESIA E CONTROLE DAS VIAS AÉREAS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO AO PACIENTE. ESSA MODALIDADE É ESPECIALMENTE INDICADA PARA:</p> <ul style="list-style-type: none"> •PACIENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU TRANSTORNOS NEUROLÓGICOS; •PACIENTES COM AGITAÇÃO PSICOMOTORA OU BAIXA COLABORAÇÃO; •CRIANÇAS; •CASOS EM QUE HÁ NECESSIDADE DE MAIOR CONTROLE DAS VIAS AÉREAS; •PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS PROLONGADOS. <p>COMO O EXAME É REALIZADO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.O PACIENTE PERMANECE EM JEJUM PRÉVIO CONFORME PROTOCOLO CLÍNICO. 2.EM AMBIENTE HOSPITALAR OU AMBULATORIAL DEVIDAMENTE EQUIPADO, É REALIZADA A AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA. 3.O MÉDICO ANESTESIOLOGISTA ADMINISTRA A ANESTESIA GERAL, COM MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA DOS SINAIS VITAIS (FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E VENTILAÇÃO). 4.O MÉDICO ENDOSCOPISTA INTRODUZ O ENDOSCÓPIO PELA CAVIDADE ORAL ATÉ O DUODENO, REALIZANDO INSPEÇÃO DETALHADA DAS MUCOSAS. 5.SE NECESSÁRIO, SÃO REALIZADAS BIÓPSIAS, COLETA DE MATERIAL PARA EXAME ANATOMOPATOLÓGICO OU INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS. 6.AO TÉRMINO, O PACIENTE É ENCAMINHADO PARA SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA, PERMANECENDO EM OBSERVAÇÃO ATÉ COMPLETA ESTABILIZAÇÃO. TRATA-SE DE PROCEDIMENTO MINIMAMENTE INVASIVO, SEGURO QUANDO REALIZADO EM AMBIENTE ADEQUADO E POR EQUIPE HABILITADA, COM RISCO REDUZIDO DE COMPLICAÇÕES. O EXAME DEVE SER PRESTADO NO ESTABELECIMENTO SEDE DO PRESTADOR RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO EXAME OU EM LOCALIDADE ACORDADA JUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO QUAL O MUNICÍPIO APRESENTE COBERTURA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO – TFD; •O RESULTADO DO EXAME DEVE SER LAUDADO, IMPRESSO E ENTREGUE AO PACIENTE NO PRAZO DE 7 A 10 DIAS. •NÃO COBRAR E NÃO PERMITIR A COBRANÇA A QUALQUER TÍTULO POR SERVIÇOS PRESTADOS AO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •A EVENTUAL COBRANÇA DE QUALQUER VALOR DO PACIENTE OU SEUS RESPONSÁVEIS ACARRETARÁ NA RESCISÃO DO CONTRATO COM O PRESTADOR DO SERVIÇO, E, AINDA, EXCLUSÃO DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •RESPONSABILIZAR-SE PELA 					
--	--	--	--	--	--

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS PERICIADOS, A FIDEDIGNIDADE DAS CONCLUSÕES E A CONFIDENCIALIDADE DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS; •IMPEDIR QUE TERCEIROS EXECUTEM O SERVIÇO CONTRATADO; •MANTER, DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, AS CONDIÇÕES E QUALIFICAÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, INDEPENDENTE DE OUTRAS A SEREM ESTABELECIDAS; •ATENDER PRONTAMENTE A TODAS AS RECLAMAÇÕES E OBSERVAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE, QUE DIGAM RESPEITO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; •COMUNICAR DE IMEDIATO À CONTRATANTE QUAISQUER NÃO CONFORMIDADES OU NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO EXAME. ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL</p>					
<p>VALOR GLOBAL POR EXTENSO</p>					
<p align="center">Declaramos que concordamos e atenderemos todas as exigências do Aviso e seus anexos.</p>					
<p>VALIDADE DA PROPOSTA</p>	<p>ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA</p>				

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXX

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

IPIXUNA DO PARÁ, _____ de _____ de .

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXXX
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PCD, CONSOANTE ART. 92, DA LEI FEDERAL
Nº 14.133/2021

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXXX

A empresa _____, declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para Reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

IPIXUNA DO PARÁ, _____ de _____ de ____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXXX
DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXXXXXXX

A empresa _____, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IPIXUNA DO PARÁ, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXXXX.XXXXX/XXXX-XX
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO Nº «NUMERO DO CONTRATO»

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº
«NUMERO_DO_CONTRATO», QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DO (A)
«UNID_GEST» E A EMPRESA «EMPRESA CONTRATADA».

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de «CIDADE», através do(a) «UNID_GEST», CNPJ-MF, Nº «CGC_PREFEITURA», denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) «NOME_RESP_LICITACAO», «CARGO_RESP_LICITACAO», e do outro lado «EMPRESA CONTRATADA», CNPJ/CPF «CPF_CNPJ_CONTRATADO», com sede na «ENDERECO_CONTRATADO», de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).«NOME_REPRESENTANTE», portador do(a) «RG_CPF_REPRESENT_CONTRATADO», têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIÓPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECÍFICOS, (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL), DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ**, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

«ITENS_CONTRATO»

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ «VALOR_CONTRATADO» («VALOR_EXTENSO_CONTRATADO»).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº «NO_LICITACAO», na modalidade «MODALIDADE» e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, a partir da emissão da Ordem de serviços, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (Dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente após a publicação do seu extrato e estendendo-se até ____ de _____ de 2025.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou serviços de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA E PRAZO DE ENTREGA

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária «DOTACAO_ORCAMENTA».

9.2. As entregas dos serviços deverão ocorrer de forma Pronto Entrega contados a partir da data de recebimento da **ORDEM DE COMPRA** e/ou **FORNECIMENTO**, de segunda a sexta-feira, das XXh00min às XXh00min (horário de Brasília/DF), na **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ**, sítio, Cristóvão Colombo, S/N, Centro - **IPIXUNA DO PARÁ** e/ou conforme endereço expreço na ordem de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada ao fornecedor no prazo de até 30 (Trinta) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) «UNID_GEST».

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em «DATA_ESTIMATIVA_CUSTO»

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de «CIDADE», para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

«CIDADE» - «UF_MUNICIPIO», ____ DE ____ DE 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ(MF) «CNPJ_DA_CONTRATANTE»
CONTRATANTE

«EMPRESA_CONTRATADA»
«CPF_CNPJ_CONTRATADO»
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS, (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL), DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ,** com valore médios extraído do (precodereferencia.m2atecnologia.com.br).

OBJETO					NÍVEL DE URGÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS, (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL), DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ.					BAIXO () MÉDIO () ALTO (x)
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PRELIMINAR	VALOR TOTAL PRELIMINAR
1	<p>ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO: O EXAME QUE PERMITE VISUALIZAR O ESÔFAGO, O ESTÔMAGO E O INÍCIO DO INTESTINO DELGADO (DUODENO) POR MEIO DE UM TUBO FINO E FLEXÍVEL CHAMADO ENDOSCÓPIO, QUE TEM UMA MICROCÂMERA NA PONTA. A BIOPSIA É UTILIZADA PARA CONFIRMAR O DIAGNÓSTICO DE ESOFAGITE, GASTRITE OU DUODENITE, IDENTIFICAR O TIPO DE GRAVIDADE DA INFLAMAÇÃO, PRESENÇA DA BACTÉRIA HELICOBACTER PYLORI, DESCARTAR DISPLASIAS OU NEOPLASIA E AVALIAÇÃO RESPOSTA AO TRATAMENTO EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS DO TRATO DIGESTIVO. •O EXAME DEVE SER PRESTADO NO ESTABELECIMENTO SEDE DO PRESTADOR RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO EXAME OU EM LOCALIDADE ACORDADA JUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO QUAL O MUNICÍPIO APRESENTE COBERTURA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO – TFD; •O RESULTADO DO EXAME DEVE SER LAUDADO, IMPRESSO E ENTREGUE AO PACIENTE NO PRAZO DE 7 A 10 DIAS. •NÃO COBRAR E NÃO PERMITIR A</p>	1	UNIDADE	R\$ 6.206,67	R\$ 6.206,67

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

	<p>COBRANÇA A QUALQUER TÍTULO POR SERVIÇOS PRESTADOS AO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •A EVENTUAL COBRANÇA DE QUALQUER VALOR DO PACIENTE OU SEUS RESPONSÁVEIS ACARRETERÁ NA RESCISÃO DO CONTRATO COM O PRESTADOR DO SERVIÇO, E, AINDA, EXCLUSÃO DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •RESPONSABILIZAR-SE PELA CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS PERICIAADOS, A FIDEDIGNIDADE DAS CONCLUSÕES E A CONFIDENCIALIDADE DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS; •IMPEDIR QUE TERCEIROS EXECUTEM O SERVIÇO CONTRATADO; •MANTER, DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, AS CONDIÇÕES E QUALIFICAÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, INDEPENDENTE DE OUTRAS A SEREM ESTABELECIDAS; •ATENDER PRONTAMENTE A TODAS AS RECLAMAÇÕES E OBSERVAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE, QUE DIGAM RESPEITO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; •COMUNICAR DE IMEDIATO À CONTRATANTE QUAISQUER NÃO CONFORMIDADES OU NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO EXAME. ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO.</p>				
2	<p>ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL. ESPECIFICAÇÃO: DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO – ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL A ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) É UM EXAME DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DIRETA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO (PRIMEIRA PORÇÃO DO INTESTINO DELGADO), POR MEIO DA INTRODUÇÃO DE UM APARELHO DENOMINADO ENDOSCÓPIO — TUBO FLEXÍVEL,</p>	1	UNIDADE	R\$ 854,44	R\$ 854,44

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>FINO, DOTADO DE MICROCÂMERA E FONTE DE LUZ ACOPLADAS. O EXAME É INDICADO PARA INVESTIGAÇÃO DE SINTOMAS COMO DOR EPIGÁSTRICA, REFLUXO, NÁUSEAS PERSISTENTES, VÔMITOS, SANGRAMENTOS DIGESTIVOS, ANEMIA DE ORIGEM INDEFINIDA, DIFICULDADE PARA DEGLUTIR, ENTRE OUTRAS CONDIÇÕES CLÍNICAS, ALÉM DE POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE BIÓPSIAS E PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS QUANDO NECESSÁRIO. MODALIDADE COM ANESTESIA GERAL NA MODALIDADE COM ANESTESIA GERAL, O PROCEDIMENTO É REALIZADO SOB INDUÇÃO ANESTÉSICA PROMOVIDA POR MÉDICO ANESTESIOLOGISTA, GARANTINDO INCONSCIÊNCIA, ANALGESIA E CONTROLE DAS VIAS AÉREAS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO AO PACIENTE. ESSA MODALIDADE É ESPECIALMENTE INDICADA PARA:</p> <ul style="list-style-type: none"> •PACIENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU TRANSTORNOS NEUROLÓGICOS; •PACIENTES COM AGITAÇÃO PSICOMOTORA OU BAIXA COLABORAÇÃO; •CRIANÇAS; •CASOS EM QUE HÁ NECESSIDADE DE MAIOR CONTROLE DAS VIAS AÉREAS; •PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS PROLONGADOS. <p>COMO O EXAME É REALIZADO 1.O PACIENTE PERMANECE EM JEJUM PRÉVIO CONFORME PROTOCOLO CLÍNICO. 2.EM AMBIENTE HOSPITALAR OU AMBULATORIAL DEVIDAMENTE EQUIPADO, É REALIZADA A AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA. 3.O MÉDICO ANESTESIOLOGISTA ADMINISTRA A ANESTESIA GERAL, COM MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA DOS SINAIS VITAIS (FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E VENTILAÇÃO). 4.O MÉDICO ENDOSCÓPISTA INTRODUZ O ENDOSCÓPIO PELA CAVIDADE ORAL ATÉ O DUODENO, REALIZANDO INSPEÇÃO DETALHADA DAS MUCOSAS. 5.SE</p>				
--	--	--	--	--

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>NECESSÁRIO, SÃO REALIZADAS BIÓPSIAS, COLETA DE MATERIAL PARA EXAME ANATOMOPATOLÓGICO OU INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS. 6.AO TÉRMINO, O PACIENTE É ENCAMINHADO PARA SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA, PERMANECENDO EM OBSERVAÇÃO ATÉ COMPLETA ESTABILIZAÇÃO. TRATA-SE DE PROCEDIMENTO MINIMAMENTE INVASIVO, SEGURO QUANDO REALIZADO EM AMBIENTE ADEQUADO E POR EQUIPE HABILITADA, COM RISCO REDUZIDO DE COMPLICAÇÕES. O EXAME DEVE SER PRESTADO NO ESTABELECIMENTO SEDE DO PRESTADOR RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO EXAME OU EM LOCALIDADE ACORDADA JUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO QUAL O MUNICÍPIO APRESENTE COBERTURA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO – TFD; •O RESULTADO DO EXAME DEVE SER LAUDADO, IMPRESSO E ENTREGUE AO PACIENTE NO PRAZO DE 7 A 10 DIAS. •NÃO COBRAR E NÃO PERMITIR A COBRANÇA A QUALQUER TÍTULO POR SERVIÇOS PRESTADOS AO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •A EVENTUAL COBRANÇA DE QUALQUER VALOR DO PACIENTE OU SEUS RESPONSÁVEIS ACARRETEARÁ NA RESCISÃO DO CONTRATO COM O PRESTADOR DO SERVIÇO, E, AINDA, EXCLUSÃO DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; •RESPONSABILIZAR-SE PELA CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS PERICIAADOS, A FIDEDIGNIDADE DAS CONCLUSÕES E A CONFIDENCIALIDADE DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS; •IMPEDIR QUE TERCEIROS EXECUTEM O SERVIÇO CONTRATADO; •MANTER, DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, AS CONDIÇÕES E QUALIFICAÇÕES</p>				
---	--	--	--	--

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

<p>APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, INDEPENDENTE DE OUTRAS A SEREM ESTABELECIDAS; •ATENDER PRONTAMENTE A TODAS AS RECLAMAÇÕES E OBSERVAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE, QUE DIGAM RESPEITO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; •COMUNICAR DE IMEDIATO À CONTRATANTE QUAISQUER NÃO CONFORMIDADES OU NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO EXAME. ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL.</p>				
--	--	--	--	--

1.1.1. Os produtos e serviços a serem adquiridos ou contratados estão detalhados nas respectivas tabelas presentes no Documentos de Formalização da Demanda (DFD) e Estudo Técnico Preliminar (ETPs) da contratação conforme tabela acima.

1.1.2. 1 - O valor total estimado para a fornecimento pretendida é de **R\$ 7.061,11 (SETE MIL, SESSENTA E UM REAIS E ONZE CENTAVOS)**, conforme documentos acostados nos autos.

1.1.3. O prazo total do contrato será até 31 de Dezembro de 2026, contados a partir da data de assinatura do contrato, incluindo a execução do objeto e, quando aplicável, a manutenção e a assistência técnica.

1.1.3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará vem, por meio deste documento, descrever a necessidade para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIÓPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS, (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL), DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ**, reforçando o compromisso desta Secretaria com a efetivação do direito à saúde e à dignidade humana, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988.

A presente justificativa, tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação de empresa especializada para execução de exame de endoscopia digestiva com biópsia de esôfago, estômago e duodeno, bem como de endoscopia digestiva alta com anestesia geral, visando atender dois pacientes específicos do Município de Ipixuna do Pará, sendo um menor de idade e um adulto com necessidades especiais, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. A demanda surge, da imprescindibilidade de assegurar diagnóstico preciso diante de sintomas gastrointestinais relevantes e persistentes. Trata-se, de procedimento de média complexidade que requer estrutura adequada e profissionais habilitados. A inexistência dessa oferta, na rede própria, compromete a integralidade do cuidado. A medida pretendida, busca garantir assistência segura, oportuna e resolutiva.

A endoscopia digestiva alta, é exame essencial para investigação do trato gastrointestinal superior, permitindo visualização direta do esôfago, estômago e duodeno. A possibilidade de realização de biópsia, amplia, significativamente, a precisão diagnóstica, viabilizando a identificação de processos inflamatórios, infecciosos e alterações estruturais. Nos casos em questão, há necessidade de técnica segura e acompanhamento especializado. A execução adequada do procedimento, depende de equipamentos específicos e equipe multiprofissional capacitada. A contratação pretendida, assegura que o serviço seja realizado dentro dos padrões técnicos exigidos. Dessa forma, promove-se maior confiabilidade nos resultados obtidos.

No contexto do Município de Ipixuna do Pará, verifica-se limitação estrutural para realização

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

desses exames na rede municipal. Não há disponibilidade contínua de equipamentos apropriados nem de profissionais especializados para execução do procedimento com anestesia geral. Tal realidade, impõe deslocamentos para outros centros, ocasionando transtornos às famílias e possível atraso diagnóstico. Para pacientes vulneráveis, essa situação pode representar agravamento do quadro clínico. Com isso, a contratação de empresa especializada, apresenta-se como solução eficiente e necessária, assegurando maior celeridade e organização do fluxo assistencial.

A prioridade atribuída ao menor de idade, fundamenta-se na proteção integral assegurada à criança, que demanda cuidados específicos em procedimentos invasivos. Crianças, frequentemente, apresentam dificuldade de cooperação, exigindo anestesia geral sob supervisão especializada. A realização do exame em ambiente estruturado reduz riscos e proporciona maior segurança clínica. Já o adulto com necessidades especiais, requer abordagem técnica diferenciada, respeitando suas limitações e garantindo conforto. A contratação, permitirá atendimento humanizado e adequado às peculiaridades de cada paciente. Tal medida, reafirma o compromisso da gestão com a equidade.

Cumpra especificar, que o item 1 - Endoscopia digestiva com biópsia de esôfago, estômago e duodeno, destina-se ao atendimento do menor de idade. O procedimento possibilitará coleta de material para análise histopatológica, essencial à definição terapêutica. Já o item 2 - Endoscopia digestiva alta com anestesia geral - será realizado no adulto com necessidades especiais. A anestesia geral mostra-se imprescindível para assegurar condições ideais de execução. A diferenciação dos itens garante clareza na contratação e adequação às necessidades clínicas. Assim, a solução proposta atende de forma individualizada cada caso.

A confirmação diagnóstica por meio de biópsia, é indispensável em suspeitas de gastrites crônicas, esofagites, doença celíaca, infecção por *Helicobacter pylori* e outras patologias. Sem exame conclusivo, o tratamento pode tornar-se inadequado ou tardio. A identificação precoce de alterações reduz complicações e melhora prognósticos. A contratação do serviço especializado, integra estratégia preventiva de saúde pública. O acesso oportuno ao exame contribui para racionalização dos recursos assistenciais. Dessa maneira, fortalece-se a efetividade das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os exames, deverão ser realizados no estabelecimento sede do prestador contratado ou em localidade acordada com a Secretaria Municipal de Saúde (desde que o Município possua cobertura de Tratamento Fora do Domicílio - TFD). Essa previsão, assegura organização logística e observância das normas assistenciais. Os resultados, deverão ser devidamente laudados, impressos e entregues aos pacientes no prazo de sete a dez dias. Tal exigência, garante celeridade na definição da conduta médica. A padronização desses prazos, contribui para continuidade do cuidado. O cumprimento dessas condições será objeto de fiscalização contratual. É vedada, qualquer cobrança ao usuário do Sistema Único de Saúde, devendo o contratado assumir integral responsabilidade pelos serviços prestados. A eventual cobrança de valores, implicará rescisão contratual e exclusão do credenciamento no SUS. O prestador, deverá assegurar correta identificação dos pacientes e confidencialidade dos resultados. Também, deverá impedir a execução do serviço por terceiros não autorizados. A manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência contratual, será obrigatória. Tais exigências, visam resguardar a legalidade e a qualidade do atendimento.

O contratado, deverá atender prontamente às reclamações e determinações da fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde. Qualquer não conformidade ou necessidade de repetição do exame deverá ser comunicada imediatamente à contratante. Essas obrigações, asseguram controle efetivo da execução contratual. A definição clara de responsabilidades, fortalece a segurança jurídica do Município. O acompanhamento técnico permanente, contribuirá para qualidade do serviço prestado. Dessa forma, preserva-se o interesse público envolvido na

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

contratação.

Sob a perspectiva administrativa, a medida observa os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse coletivo. Investir em diagnóstico adequado, evita complicações futuras e reduz custos decorrentes de internações emergenciais. A atuação preventiva, representa gestão responsável dos recursos públicos. A contratação, atende necessidade específica e devidamente fundamentada. O planejamento adequado, assegura aplicação racional do orçamento. Assim, consolida-se política pública orientada por resultados.

A contratação, também, contribui para redução das desigualdades no acesso a serviços de média complexidade. Municípios de pequeno porte, enfrentam limitações estruturais que impactam a oferta de exames especializados. Ao viabilizar atendimento aos pacientes vulneráveis, a Secretaria Municipal de Saúde reafirma compromisso com justiça social. O direcionamento de recursos, observa critérios técnicos e clínicos. A medida, amplia a capacidade de resposta do sistema municipal de saúde. O impacto reflete-se na melhoria da qualidade de vida dos atendidos. A Constituição Federal de 1988, estabelece, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. No artigo 6º, consagra a saúde como direito social fundamental. Tais dispositivos, impõem ao Poder Público o dever de assegurar condições efetivas de acesso aos serviços de saúde. A omissão estatal diante de necessidade comprovada, afrontaria esses preceitos constitucionais. A contratação ora proposta, materializa a concretização desses direitos. Assim, a Administração atua em conformidade com o texto constitucional.

O atendimento aos pacientes mencionados, representa ação concreta de proteção à vida e à integridade física. A prestação do serviço especializado, reafirma o compromisso institucional com políticas públicas inclusivas e humanizadas. O respeito à dignidade e à vulnerabilidade, orienta a atuação da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação proposta, revela-se técnica, jurídica e socialmente adequada. Sua efetivação, garantirá diagnóstico seguro e oportuno aos pacientes indicados. Dessa forma, o Município de Ipixuna do Pará continuará cumprindo o que está positivado na Constituição Federal de 1988, promovendo saúde com responsabilidade e compromisso público.

Assim, ao adotar esta medida, a Secretaria Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará reafirma seu compromisso com a promoção da saúde, a proteção da vida e a defesa dos direitos fundamentais, consolidando sua atuação em consonância com os princípios constitucionais e com as boas práticas da gestão pública.

1.1.3.2. O prazo foi estabelecido com base nas necessidades do órgão ou entidade e na complexidade dos objetos das contratações.

1.1.3.4. Há possibilidade de prorrogação do contrato, desde que justificada e previamente autorizada pela Administração, respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente.

1.1.3.5. As condições para prorrogação serão estabelecidas em cada contrato específico, observando a necessidade de continuidade da prestação dos serviços ou fornecimento dos serviços e os limites legais.

1.1.3.6. A empresa fará, somente, o exame. A ida do paciente para fazimento do exame, será abarcada pela Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do programa TFD (Tratamento Fora do Domicílio).

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação é necessária para solucionar os seguintes problemas, alinhados com o interesse público:

2.1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL) DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ: O referido fornecimento/serviços no formato desejado, bem como, com base sobre tabela de referência contribuirá para a economia de recursos públicos e a agilidade na manutenção pretendida.

2.1.2. A necessidade da contratação aborda as deficiências existentes e as melhorias esperadas, para

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO EXAME DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM BIOPSIA DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUEDENO E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM ANESTESIA GERAL, OBJETIVANDO COMTEMPLAR PACIENTES ESPECIFICOS (MENOR DE IDADE E ADULTO ESPECIAL) DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ, permitindo a continuidade e a melhoria na prestação de serviços à população.

2.1.3. Os benefícios esperados com a contratação incluem:

2.1.4. Melhoria na eficiência e disponibilidade nas escolas, proporcionando maior agilidade e qualidade nos serviços prestados à população.

2.1.5. Redução de custos com reparos emergenciais e fornecimento de peças, otimizando o uso dos recursos públicos.

2.1.6. Otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros do órgão, aprimorando a gestão e a manutenção das unidades.

2.1.7. Aumento da qualidade dos serviços prestados à população, garantindo a segurança e a confiabilidade na operação dos fornecimentos.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Serviço: O processo de fornecimento do objeto envolverá a seleção de fornecedores por meio de processo administrativo, conforme legislação vigente. Após a seleção, os fornecedores deverão entregar os serviços ou prestar os serviços contratados, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no contrato. No caso de equipamentos ou sistemas, se aplicável, a instalação e configuração serão realizadas pelos fornecedores ou por equipe técnica do órgão, conforme previsto no contrato.

3.1.1. Monitoramento e avaliação: O desempenho do contrato e do objeto adquirido será monitorado e avaliado por meio de indicadores de desempenho, metas e prazos, estabelecidos no contrato. O órgão responsável pela contratação deverá realizar o acompanhamento e a fiscalização das atividades, garantindo que os serviços prestados e os serviços adquiridos atendam às expectativas e necessidades do órgão.

3.1.2. Descarte e logística reversa: Quando aplicável, as medidas para o descarte adequado de serviços e equipamentos ao final de seu ciclo de vida útil deverão ser estabelecidas em conformidade com a legislação ambiental e as políticas de sustentabilidade. A logística reversa, o desfazimento e a reciclagem deverão ser realizados pelos fornecedores ou por empresas especializadas, contratadas pelo órgão, garantindo a destinação correta e sustentável dos resíduos gerados.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

4.1. Requisitos técnicos e funcionais: Os requisitos técnicos e funcionais do objeto da contratação incluem as características e especificações necessárias para atender adequadamente às necessidades do órgão ou entidade. Para o fornecimento de peças mecânicas, é necessário que os produtos sejam compatíveis com os previstos no **DFD** e **ETP** e atendam aos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos pelos fabricantes.

4.1.1. Critérios e práticas sustentáveis: A contratação deverá considerar critérios e práticas sustentáveis, como a utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, a redução do consumo de energia nos processos e serviços, a adoção de tecnologias limpas e a implementação de sistemas de gestão ambiental pelos fornecedores e prestadores de serviços.

4.1.2. Requisitos legais e regulatórios: A contratação deverá atender aos requisitos legais e regulatórios aplicáveis, como a Lei 14.133/21, as normas técnicas específicas do setor fiscalizado, as regulamentações ambientais pertinentes e outras legislações e regulamentações aplicáveis ao objeto da contratação.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Mobilização e entrega: A empresa contratada deve iniciar a entrega dos produtos imediatamente após a assinatura do contrato, providenciando a mobilização de recursos e a implementação das atividades iniciais conforme acordado.

5.1.1. Monitoramento e controle da execução: A Administração designará servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, que acompanharão o desempenho dos fornecedores e prestadores de serviços por meio de indicadores estabelecidos. Esses servidores serão responsáveis por garantir que os objetivos e metas do contrato sejam atendidos.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

5.1.2. Comunicação e reporte: O processo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada envolverá reuniões periódicas para discutir o andamento do contrato, eventuais problemas e soluções. A empresa contratada deverá apresentar relatórios de desempenho e progresso conforme estabelecido no contrato (se for o caso). Os canais de comunicação a serem utilizados incluirão e-mail, telefone e reuniões presenciais ou por video conferência.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ficará a cargo da fiscalização do Contrato o servidor, indicado pela Diretoria competente para a fiscalização do contrato.

6.1.1. O fiscal do contrato que exercerá funções como monitoramento da execução das atividades, controle de qualidade, avaliação de desempenho, comunicação com a empresa contratada e aplicação de eventuais penalidades.

6.1.2. Suas responsabilidades incluirão o acompanhamento das atividades e a garantia de que os objetivos do contrato sejam atingidos.

6.1.3. Para resolução de conflitos, a Administração e a empresa contratada deverão buscar soluções negociadas e colaborativas, sempre que possível.

6.1.4. Caso não seja alcançado um acordo, a Administração poderá recorrer aos meios legais e administrativos disponíveis.

6.1.5. As penalidades aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada serão estabelecidas no contrato, respeitando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, e poderão incluir advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, bem como a rescisão do contrato, conforme previsto na legislação aplicável.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A forma de pagamento será definida de acordo com a natureza de cada contratação:

7.1.1. Para a referida contratação, referente à fornecimento de peças mecânicas com porcentagem de desconto sobre tabela de referência, o pagamento será realizado por lote de peças adquiridas, com base no percentual de desconto aplicado sobre a tabela de referência.

7.1.2. A empresa contratada deverá apresentar à Administração os seguintes documentos como comprovantes da execução dos serviços ou entrega dos produtos:

7.1.3. Relatórios de serviços executados, contendo informações detalhadas sobre as atividades realizadas, o tempo gasto, os materiais utilizados e os resultados alcançados.

7.1.4. Notas fiscais referentes aos serviços prestados ou produtos fornecidos, devidamente discriminados e em conformidade com os valores e condições estabelecidos no contrato.

7.1.5. Recibos de entrega dos produtos ou de realização dos serviços, assinados por representantes da empresa contratada e da Administração, atestando a conformidade dos itens entregues ou serviços prestados com as especificações e requisitos do contrato.

7.1.6. Os pagamentos serão efetuados após a verificação e aprovação dos documentos apresentados pela empresa contratada e a constatação da conformidade dos serviços prestados ou produtos fornecidos com as exigências do contrato.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

117, §1º).

8.1.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).

8.1.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.2. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.2.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.2.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Considerando o valor estimado e a natureza das contratações, a modalidade de licitação adequada para a contratações é o Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

9.1.1. Para a seleção do fornecedor, serão utilizados os seguintes tipos de licitação:

9.1.2. Para a referida contratação, cujo objeto é o fornecimento de peças genuínas e acessórios para a manutenção dos previsto no DFD e ETP municipal, não será utilizado o critério, visto que a dispensa será sem disputa, nos termos do art. 75, inciso II, § 3º da lei nº 14.133 de 2021.

9.1.3. A opção pelo menor preço é justificada pela imprevisibilidade da quantidade a ser adquirida pelo Município, tornando inviável o julgamento pelo menor preço por item. Nesse contexto, entendemos que a opção consignada é juridicamente admissível a utilização do critério de julgamento "menor preço por item" em processos licitatórios, visando identificar a proposta mais vantajosa para a Administração. Tal critério pode ser aplicado desde que a quantidade a ser efetivamente adquirida pelo poder público seja imprevisível no momento da disputa, e o parâmetro do menor preço unitário seja economicamente e operacionalmente inviável. Além disso, o critério deve ser aplicado somente quando houver homogeneidade entre os serviços licitados quanto ao segmento de mercado e à margem de lucro. O gestor deve justificar a escolha desse critério de julgamento e, caso haja autorização específica em lei federal, o desconto deve incidir, em geral, sobre a tabela de preços adotada pelo segmento de mercado que fornecerá o bem objeto da licitação. Caso a tabela não exista ou seja inviável sua utilização, será admissível a aplicação do desconto sobre um orçamento prévio elaborado pela Administração.

9.1.4. Os valores balizadores de preços serão baseados nos valores apresentados em tabelas de referência. Com a técnica de menor preço, a vencedora do item poderá fornecer qualquer produto com base no preço apresentado em sua proposta no processo licitatório, assegurando que todos os equipamentos que necessitem da substituição de peças possam ser atendidos.

9.1.5. Documentos e requisitos para habilitação: Os fornecedores deverão apresentar os seguintes documentos e requisitos:

9.1.6. Habilitação jurídica: atos constitutivos e suas alterações, inscrição no CNPJ e demais documentos que comprovem a constituição regular da empresa.

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

9.1.7. Regularidade fiscal e trabalhista: certidões negativas de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários, bem como de débitos trabalhistas (CNDT).

9.1.8. Qualificação técnica: comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as contratações por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.9. Qualificação econômico-financeira: certidão negativa de falência ou recuperação judicial, balanço patrimonial e demonstrações contábeis, e índices econômico-financeiros compatíveis com as contratações.

9.2. As propostas apresentadas pelos fornecedores serão avaliadas e comparadas levando em conta os seguintes critérios:

9.2.1. Adequação às especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

9.2.2. Vantajosidade, considerando o valor proposto em relação aos benefícios ofertados.

9.2.3. Economicidade, considerando a eficiência na alocação de recursos públicos.

9.2.4. Sustentabilidade, considerando o impacto ambiental e a utilização de práticas sustentáveis.

9.2.5. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, conforme previsto na legislação:

9.2.6. Ordem de classificação das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme critérios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

9.2.7. Sorteio, quando os critérios acima não forem suficientes para definir o vencedor.

10 - DO RECEBIMENTO

10.1. Os serviços adquiridos serão recebidos pronto entrega, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 2 (Dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11 - CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

11.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

11.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.1.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.1.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.1.8. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.1.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.3. Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)

11.2.4. Demais documentos solicitados no edital da licitação.

12 - DO PAGAMENTO.

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

12.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

12.1.3. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1 - As despesas decorrentes da execução dos itens objeto do contrato oriundo desta Dispensa Eletrônica onerarão a **I - Unidade orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Saúde (2026); e II - Dotação orçamentária: 0902.10.302.0009.2.044 - Manutenção de Hospitais Laboratórios e Atendimentos Ambulatoriais FMS**, do orçamento vigente, observado se for o caso, o princípio da anualidade. cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe a Lei 14.133/21 e alterações.

Ipixuna do Pará, XX de XXXX de 2026.

JOSÉ MARIA AMARAL SANTOS
Secretária Municipal de Saúde